

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto nota explicativa nº 31 ou quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937 km², atendendo 2.358.766 consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&F Bovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000, assinado em 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

A ANEEL no dia 1º de janeiro de 2015, implementou o "Sistema de Bandeiras Tarifárias", que sinaliza aos consumidores na conta de energia os custos reais de geração de energia elétrica, impactados pelas condições operativas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em março de 2015 foram homologados os novos valores das Bandeiras Tarifárias através da Resolução Homologatória nº 1.859 de 02 de março de 2015 e em 1 de fevereiro de 2016 foi publicada a Resolução Homologatória nº. 2.016/2016 que estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de 1 de fevereiro de 2016. Com a publicação do Decreto nº 8.401 publicado em 5 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2017.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 0.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findo em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 12** - critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;

- **Nota explicativa 13** - cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 18** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 22** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa 31** - reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; e
- **Nota explicativa 32** - definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 32.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- ativo financeiro da concessão são mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- o ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme demonstrado na nota explicativa 31.

3.5 Retificação de valores correspondentes

A Companhia está efetuando as seguintes reclassificações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A Companhia costumava abrir algumas receitas e despesas por função tanto na demonstração de resultado e demonstração do valor adicionado quanto nas suas notas explicativas e para este exercício optou por fazer a aglutinação dos saldos na demonstração do resultado e demonstração do valor adicionado, mantendo a abertura nas notas explicativas conforme segue:

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

(i) Demonstrações do resultado

Impactos da retificação			
	Publicado em 2015	Ajustes	Publicado em 2016
	31/12/2015		31/12/2015
Receita operacional líquida	2.738.793	-	2.738.793
Custo de energia elétrica, construção e operação	(1.930.115)	-	(1.930.115)
Custo da energia elétrica e construção	(1.719.611)	-	(1.719.611)
Energia elétrica comprada para revenda e custos de transmissão	(1.295.213)	-	(1.295.213)
Custo de construção	(424.398)	-	(424.398)
Custo de operação	(a) (210.504)	-	(210.504)
Pessoal	(a) (31.457)	31.457	-
Material	(a) (8.508)	8.508	-
Serviços de terceiros	(a) (72.193)	72.193	-
Amortização	(a) (96.267)	96.267	-
Outros	(a) (2.079)	2.079	-
Lucro bruto	808.678	-	808.678
Despesas com vendas	(161.997)	-	(161.997)
Despesas gerais e administrativas	(b) (145.797)	(30.782)	(176.579)
Amortização	(b) (30.782)	30.782	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(47.171)	-	(47.171)
Total de despesas operacionais	(385.747)	-	(385.747)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social	422.931	-	422.931
Resultado financeiro líquido	20.183	-	20.183
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	443.114	-	443.114
Impostos sobre o lucro	(79.311)	-	(79.311)
Lucro líquido do exercício	363.803	-	363.803

(a) O custo com operação, no montante de R\$ 210.504, havia sido subdividido em custos com pessoal R\$ 31.457, material R\$ 8.508, serviços de terceiros R\$ 72.193, amortização R\$ 96.267 e outros R\$ 2.079 (vide nota explicativa 26).

(b) As despesas gerais, administrativas e amortização no montante de R\$ 176.579, haviam sido subdivididas em despesas gerais e administrativas R\$ 145.797 e amortização R\$ 30.782 (vide nota explicativa 26).

(ii) ***Demonstrações do valor adicionado***

		Impactos da retificação		
		Publicado em 2015 31/12/2015	Ajustes	Publicado em 2016 31/12/2015
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	(a)	3.325.406	424.398	3.749.804
Receita de construção	(a)	424.398	(424.398)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis		(29.399)	-	(29.399)
Provisão (reversão) de processos cíveis, fiscais e trabalhistas		(15.388)	-	(15.388)
Outras despesas/receitas operacionais		(19.603)	-	(19.603)
Outras despesas / receitas não recorrentes		(27.568)	-	(27.568)
		3.657.846	-	3.657.846
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(1.985.619)	-	(1.985.619)
Valor adicionado bruto		1.672.227	-	1.672.227
Amortização		(127.049)	-	(127.049)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.545.178	-	1.545.178
Valor adicionado recebido em transferência		358.375	-	358.375
Valor adicionado total a distribuir		1.903.553	-	1.903.553
Distribuição do valor adicionado				
Empregados		107.342	-	107.342
Tributos		1.090.322	-	1.090.322
Remuneração de capitais de terceiros		342.086	-	342.086
Remuneração de capitais próprios		363.803	-	363.803
Valor adicionado		1.903.553	-	1.903.553

- (a) A receita com vendas de produtos e serviços e receitas de construção, no montante de R\$ 3.749.804, havia sido subdividida em receita com vendas de produtos e serviços R\$ 3.325.406 e receita de construção R\$ 424.398 (vide nota explicativa 25).

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

4.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4.2 Receita operacional

4.2.1 Distribuição

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor, e; ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica abrangida no escopo do ICPC 01 Contratos de concessão (R1)/IFRIC 12. O ICPC 01 (R1) estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.3 Benefícios a empregados

4.3.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.3.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

4.3.3 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

A Companhia não possui acordos de pagamentos baseados em ações com seus funcionários e nem outros benefícios de longo prazo, além dos benefícios citados acima.

4.4 Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.5 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesas de juros;
 - ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
 - ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
 - ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado.
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

4.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

4.6.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A Companhia deve compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se, a Companhia:

- tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.6.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando os critérios aplicáveis são atendidos.

4.7 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

4.8 Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber da parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. Tal alteração buscou eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

Os valores ativos e passivos correspondentes à parcela A são reconhecidos, mensurados e evidenciados, conforme determina a Orientação Técnica - OCPC 08. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados.

4.9 Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e a melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, Nota 0.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.10 Ativos intangíveis

4.10.1 Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

4.10.2 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

4.10.3 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

4.10.4 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.11 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

4.11.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.11.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

4.11.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.11.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

4.12 Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributo sobre o lucro / IAS 12.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

(iii) Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

4.13 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas

atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente ao final de cada exercício, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.14 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.15 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4.16 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.17 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que o Grupo revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

(i) Classificação - ativos financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais mensurados ao valor justo.

- (ii) *Redução ao valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros e Ativos contratuais*
A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9. No entanto, a Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.
A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material se as exigências da IFRS 9 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2016.

(iv) Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que o Grupo irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais. Não é previsto qualquer impacto significativo nos contratos de arrendamento financeiro da Companhia. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	45.413	23.721
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	519.527	287.172
	<hr/>	<hr/>
Total	564.940	310.893
	<hr/>	<hr/>
Aplicações financeiras de curto prazo	31/12/2016	31/12/2015
CDB (b)	412.376	191.077
Debêntures compromissadas	107.151	96.095
	<hr/>	<hr/>
Total	519.527	287.172
	<hr/>	<hr/>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreadas a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 96,01% (102% em 31 de dezembro de 2015) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).
- (b) A variação é resultado da adequação a política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (fundos de investimentos) para equivalente de caixa (CDB).

6 Investimento de curto prazo

	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos (a)	795.580	1.094.007
Outros	380	333
	<hr/>	<hr/>
Total	795.960	1.094.340
	<hr/>	<hr/>

- (a) A variação no saldo de fundos de investimentos foi influenciado pela adequação a política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (Fundos de Investimentos) para Equivalente de Caixa (CDB).

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras com nota de primeira linha de AA e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. As operações são remuneradas pela variação do Certificado de

Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 99,75% (103% em 31 de dezembro de 2015) e classificados como ativos financeiros ao valor justo.

7 Contas a receber de clientes

7.1 Composição dos saldos

	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	456.332	432.119
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	119.743	104.356
Parcelamentos (b)	278.451	247.282
Baixa renda e viva luz	35.807	34.537
Outras	48.913	61.681
	<hr/>	<hr/>
Total	939.246	879.975
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(91.892)	(89.596)
	<hr/>	<hr/>
Total contas a receber clientes	847.354	790.379
	<hr/>	<hr/>
Total circulante	746.057	712.416
Total não circulante	101.297	77.963

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015.
- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica, que podem ser efetuados com prazo de até 24 vezes, e para clientes corporativos ou da alta tensão, o prazo pode estender-se além disso. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m que são ajustados a valor presente.

7.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber

	31/12/2015	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/12/2016
Contas a receber de consumidores faturados	79.179	58.746	(85.632)	52.293
Parcelamentos	7.463	55.998	(29.861)	33.600
Outras	2.954	5.499	(2.454)	5.999
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	89.596	120.243	(117.947)	91.892
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

	31/12/2014	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	61.540	37.497	(19.858)	79.179
Parcelamentos	17.980	12.496	(23.013)	7.463
Outras ¹	2.954	-	-	2.954 ¹
Total	82.474	49.993	(42.871)	89.596

A constituição da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas provisionadas como perda por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, para inclusão na provisão para redução ao valor recuperável.

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo

- **Consumidores residenciais** - Vencidos há mais de 90 dias;
- **Consumidores comerciais** - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os critérios apresentados acima também são adotados para o contas a receber de parcelamento.

a. Contas a receber de consumidores faturados

	31/12/2016			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	72.015	130.769	29.903	232.687
Industrial	12.671	7.029	6.008	25.708
Comercial	43.862	25.649	8.045	77.556
Rural	7.159	5.251	4.563	16.973
Poder público	61.565	1.433	1.990	64.988
Iluminação pública	15.669	5	660	16.334
Serviço público	21.334	360	392	22.086
Total fornecimento faturado	234.275	170.496	51.561	456.332

¹ A Companhia, para melhor apresentação, concatenou as informações “Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Serviços prestados a terceiros, Cheques em cobrança” formando assim a linha de “Outras”.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

	31/12/2015			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	79.747	108.142	17.813	205.702
Industrial	15.102	6.306	3.681	25.089
Comercial	48.411	22.019	4.338	74.768
Rural	8.572	5.316	2.752	16.640
Poder público	20.875	20.738	5.435	47.048
Iluminação pública	12.720	1.712	180	14.612
Serviço público	13.277	29.448	5.535	48.260
Total fornecimento faturado	<u>198.704</u>	<u>193.681</u>	<u>39.734</u>	<u>432.119</u>

b. Parcelamentos

	31/12/2016			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	144.569	14.773	22.952	182.294
Industrial	5.220	855	2.832	8.907
Comercial	18.411	2.333	4.230	24.974
Rural	6.515	581	1.290	8.386
Poder público	23.427	1.878	2.576	27.881
Iluminação pública	7.907	502	101	8.510
Serviço público	15.843	922	734	17.499
Total do parcelamento	<u>221.892</u>	<u>21.844</u>	<u>34.715</u>	<u>278.451</u>

	31/12/2015			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	114.118	10.065	14.260	138.443
Industrial	6.074	742	3.140	9.956
Comercial	17.819	1.810	4.191	23.820
Rural	5.887	739	1.492	8.118
Poder público	39.956	2.097	2.464	44.517
Iluminação pública	4.487	22	-	4.509
Serviço público	15.962	910	1.047	17.919
Total do parcelamento	<u>204.303</u>	<u>16.385</u>	<u>26.594</u>	<u>247.282</u>

8 Contas a receber - Bandeiras tarifárias

As arrecadações referentes ao Sistema de Bandeiras Tarifárias de janeiro a dezembro de 2016 no montante de R\$ 56.110, bem como repasses da CCRBT, no montante de R\$ 1.906, foram contabilizados como arrecadação antecipada dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, não impactando o resultado da Companhia no exercício. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o saldo a receber é de R\$ 1.954, em 31 de dezembro de 2015 o saldo a receber foi de R\$ 5.438.

Em janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha estava vigente no valor de R\$ 4,50 para cada 100 kWh. A partir de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 4,50 (patamar 2), aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora)

consumidos. Também a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações). Durante o primeiro trimestre de 2016 a ANEEL homologou em janeiro a bandeira vermelha, em fevereiro a bandeira vermelha patamar 1 e em março a bandeira amarela. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a bandeira tarifária vigente foi a verde.

9 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2016			
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - conta de desenvolvimento energético	(4.964)	6.119	1.155
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	5.707	-	5.707
Rede básica	930	2.686	3.616
Compra de energia - CVA	33.103	65.891	98.994
ESS - encargos do serviço do sistema	(11.149)	(15.160)	(26.309)
	<u>23.627</u>	<u>59.536</u>	<u>83.163</u>
Itens financeiros			
Sobrecontratação de energia	(3.933)	3.050	(883)
Exposição financeira	(20.011)	(5.545)	(25.556)
Eletronuclear	103	-	103
Neutralidade	(8.610)	(7.018)	(15.628)
CEPISA violação do limite de continuidade	75	-	75
Outros	999	528	1.527
	<u>(31.377)</u>	<u>(8.985)</u>	<u>(40.362)</u>
Total	<u>(7.750)</u>	<u>50.551</u>	<u>42.801</u>
31/12/2015			
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - Conta de desenvolvimento energético	21.242	5.353	26.595
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	196	-	196
Rede básica	4.748	-	4.748
Compra energia - CVA	88.381	7.503	95.884
ESS - Encargos do serviço do sistema	(56.810)	-	(56.810)
	<u>57.757</u>	<u>12.856</u>	<u>70.613</u>
Itens financeiros			
Sobrecontratação energia	(64.658)	-	(64.658)
Exposição financeira	7.607	1.228	8.835
PIS/COFINS	(11.121)	-	(11.121)
Eletronuclear	3.094	-	3.094
Neutralidade	(10.083)	(3.276)	(13.359)
CEPISA violação do limite de continuidade	2.602	-	2.602
Outros	650	51	701
	<u>(71.909)</u>	<u>(1.997)</u>	<u>(73.906)</u>
Total	<u>(14.152)</u>	<u>10.859</u>	<u>(3.293)</u>

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

A Companhia passou a registrar os valores oriundos das Parcela A de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva, conforme OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade.

	31/12/2015	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2016
Parcela A						
CDE - conta de desenvolvimento energético	26.595	(14.657)	(12.632)	2.952	(1.103)	1.155
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	196	7.760	1.043	842	(4.134)	5.707
Rede básica	4.748	3.784	(286)	374	(5.004)	3.616
Compra de energia - CVA (a)	95.884	145.946	26.770	8.070	(177.676)	98.994
ESS - encargos do serviço do sistema (b)	(56.810)	(10.098)	(2.286)	(3.867)	46.752	(26.309)
	<u>70.613</u>	<u>132.735</u>	<u>12.609</u>	<u>8.371</u>	<u>(141.165)</u>	<u>83.163</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (c)	(64.658)	17.070	(11.495)	825	57.375	(883)
Exposição financeira (d)	8.835	(42.818)	(108)	(478)	9.013	(25.556)
PIS/COFINS (e)	(11.121)	18.546	(7.425)	-	-	-
Eletro nuclear (f)	3.094	-	16	-	(3.007)	103
Neutralidade (g)	(13.359)	(11.779)	1.928	(971)	8.553	(15.628)
CEPISA violação do limite de continuidade (h)	2.602	(2.527)	-	-	-	75
Outros	701	1.263	502	13	(952)	1.527
	<u>(73.906)</u>	<u>(20.245)</u>	<u>(16.582)</u>	<u>(611)</u>	<u>70.982</u>	<u>(40.362)</u>
Total	<u>(3.293)</u>	<u>112.490</u>	<u>(3.973)</u>	<u>7.760</u>	<u>(70.183)</u>	<u>42.801</u>
	31/12/2014	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2015
Parcela A						
CDE - conta de desenvolvimento energético	1.201	31.077	335	3.057	(9.075)	26.595
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	833	268	(69)	61	(897)	196
Rede básica	6.544	1.632	214	786	(4.428)	4.748
Compra energia - CVA (a)	214.148	(81.034)	103.865	22.832	(163.927)	95.884
ESS - encargos do serviço do sistema (b)	(52.757)	(38.048)	8.126	(6.939)	32.808	(56.810)
	<u>169.969</u>	<u>(86.105)</u>	<u>112.471</u>	<u>19.797</u>	<u>(145.519)</u>	<u>70.613</u>
Itens financeiros						
Garantia financeira	92.009	(55.056)	(121.094)	1.879	17.604	(64.658)
Sobrecontratação energia (c)	(3.239)	10.307	1.029	749	(11)	8.835
Exposição financeira (d)	24.403	(11.121)	(24.403)	-	-	(11.121)
PIS/COFINS (e)	7.651	-	4.329	-	(8.886)	3.094
Eletro nuclear (f)	(1.017)	-	113	-	904	-
Limite de continuidade	(3.706)	(10.392)	(4.556)	-	5.295	(13.359)
Neutralidade	1.090	1.824	(359)	47	-	2.602
CEPISA violação do limite de continuidade (g)	1.059	805	(395)	-	(768)	701
Outros	<u>118.250</u>	<u>(63.633)</u>	<u>(145.336)</u>	<u>2.675</u>	<u>14.138</u>	<u>(73.906)</u>
Total	<u>288.219</u>	<u>(149.738)</u>	<u>(32.865)</u>	<u>22.472</u>	<u>(131.381)</u>	<u>(3.293)</u>

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (b) Encargo pago referente à entrada das usinas térmicas como forma de poupar os reservatórios das usinas hidrelétricas e das entradas das usinas térmicas devido à restrição de transmissão entre os submercados;
- (c) O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga. A Sobrecontratação de Energia refere-se à apuração dos repasses dos custos de compra de energia da parcela até 5% do requisito da carga do agente de distribuição;

- (d) Para o cálculo do repasse da sobrecontratação de energia ou da exposição ao mercado de curto prazo é necessária a apuração dos resultados no mercado de curto prazo da distribuidora no último ano civil com dados disponibilizados, bem como os valores do PLD (Preço de liquidação de diferença), ambos apurados mensalmente pela CCEE. Neste sentido temos: (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o PLD teve média de R\$ 266,25 sendo superior ao mesmo período em 2016, com isso constituindo um componente ativo do ano de 2015; (ii) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a CEMAR teve o volume de excedente no mercado de curto prazo inferior, ou seja, os contratos vigentes superior a energia requerida apurada, aliado ao PLD médio deste mesmo período de 2015 menor no patamar de R\$117,24; e (iii) em conjunto, tivemos a redução do despacho de térmicas por parte do Operador Nacional do Sistema - ONS em quantidade menor, o que diminui as despesas da receita variável juntos aos geradores;
- (e) Conforme dispõe o art. 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus §§ 2º e 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia;
- (f) Pela sistemática das distribuidoras de energia, conforme Nota Técnica nº 115/2005-SFF/SRE/ANEEL, a alíquota efetiva de PIS/COFINS calculados no mês é aplicada no segundo mês subsequente. Onde é apurada a diferença entre os valores calculados e os efetivamente cobrados do consumidor, os valores apurados são reconhecidos como passivo ou ativo regulatório de acordo com impacto causado. Em 2015 resultou em uma devolução ao consumidor, a ser repassada em 2016;
- (g) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.
- (h) Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão, e seu valor está sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletronuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH 1.406/2012. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui valores a receber correspondente ao reconhecimento dos montantes a pagar no ano de 2015 conforme determinado na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013 e que serão contemplados nos próximos reajustes tarifários; e

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.127, de 23 de agosto de 2016, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2016 com vigência até 27 de agosto de 2017. Ao calcular o reajuste, a ANEEL considera a variação de custos que a Companhia teve no ano. O cálculo inclui custos típicos da atividade de distribuição, sobre os quais incide o IGP-M, e outros custos que não acompanham necessariamente o índice inflacionário, como energia comprada, encargos de transmissão e encargos setoriais.

Neste processo as CVA contabilizadas pela Companhia são auditadas devendo ser feito a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. Os componentes financeiros concedidos no reajuste tarifário do ano anterior devem ter seus saldos baixados, sejam positivos e negativos, uma vez que estes só podem ser amortizados em 12 meses após o reajuste. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na empresa e, para esse exercício, o reposicionamento tarifário a ser percebido pelos consumidores foi de 8,24%, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

10 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados conforme a seguir:

10.1 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	32.627	35.138
Outros	3.559	15.558
	<hr/>	<hr/>
Total	36.186	50.696
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	63.571	30.891
Outros	722	723
	<hr/>	<hr/>
Total	64.293	31.614
	<hr/>	<hr/>

10.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
IRRF sobre aplicação financeira	25.704	24.718
IRPJ/CSLL a restituir (a)	11.476	1.923
IRRF/CSLL retido na fonte	4.134	2.415
	<hr/>	<hr/>
Total	41.314	29.056
	<hr/>	<hr/>

- (a) Os valores registrados são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de aplicações financeiras e operações de mutuo financeiro com as controladas, do ano de 2016.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas conforme a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2016			31/12/2015		31/12/2015
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
Eletrobras	(a)	Empréstimo ²	-	(218.182)	18.438	-	(253.752)	35.356
		Dividendos	-	(25.506)	-	-	(23.032)	-
Fascepar	(b)	Previdência privada	-	-	2.627	-	-	3.346
		Contrato de compartilhamento ³	13	-	-	16	-	-
Equatorial Energia	(c)	Contrato de compartilhamento	511	-	-	212	-	-
		Dividendos	-	(49.499)	-	-	(44.696)	-
Geradora de Energia do Norte	(d)	Compra de energia elétrica	-	-	1.743	-	-	4.606
		Contrato de compartilhamento	1.192	(647)	-	798	(1.357)	-
55 Soluções	(e)	Contrato de compartilhamento	1.192	(647)	-	798	(1.357)	-
CELPA	(f)	Contrato de compartilhamento	874	-	-	340	-	-

² A Companhia não apresentou o valor de Empréstimos Eletrobras no resultado/despesa na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$35.356.

³ A Companhia não apresentou o valor de "Contrato de compartilhamento" da FASCEMAR para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 16

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

- (a) Os valores com a Eletrobras são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a Eletrobras são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil;
- (b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão descritas conforme Nota 31;
- (c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas; e de dividendos a pagar;
- (d) Os valores com Geradora de Energia do Norte S.A. ("Gera Maranhão") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2024;
- (e) Os valores com a 55 Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e
- (f) Os valores com a CELPA são provenientes do contrato de compartilhamento de infraestrutura.

A Companhia adicionalmente possui as seguintes partes relacionadas, para as quais não há saldos movimentados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015: Equatorial Telecomunicações, Solenergias Comercializadora de Energia, Hélios Energia Comercializadora de Serviços e Equatorial Transmissão.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 15.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2016.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Conselho de Administração

Remuneração fixa:	100%
-------------------	------

Diretoria

Remuneração fixa:	37%
Benefícios	5%
Remuneração variável:	58%

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria paga pela Companhia no exercício:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	6	10	16
Remuneração fixa anual	312	2.922	3.234
Salário ou pró-labore	312	2.664	2.976
Benefícios diretos e indiretos	-	258	258
Remuneração variável	-	4.062	4.062
Bônus	-	4.062	4.062
Benefícios pós emprego	-	59	59
Valor total da remuneração por órgão	312	7.043	7.355

Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2016
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	1.223
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	17.262	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	7.262
Banco do Brasil - CCB Nº 21/00003-4	90.000	100	19/12/2014	11/04/2018	90.000	92.787
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02000-7	150.000	100	19/12/2014	12/06/2018	150.000	151.154
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02002-3	40.000	100	19/12/2014	15/06/2018	40.000	40.242
Banco do Brasil - CCB Nº 2100010-7	20.000	100	19/12/2014	03/12/2017	20.000	26.423
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	175.237	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	44.613
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	467.280	332.212
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (14.2.1233.1)	557.700	100	30/12/2014	15/03/2024	332.109	350.425
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	76.011
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866-52/2013 - FINISA	25.763	100	04/10/2013	07/10/2025	25.763	24.674
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	7.956	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	3.651
Total	1.746.121				1.471.322	1.150.677

12 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação, e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2015	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	31/12/2016
Ativo financeiro	1.230.765	101.851	171.297	(4.700)	1.499.213
Obrigações especiais (b)	(415.862)	(36.603)	1.373	-	(451.092)
Total	814.903	65.248	172.670	(4.700)	1.048.121

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

	31/12/2014	Reclassificação	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	31/12/2015
Ativo financeiro	1.010.795	26.416	74.771	119.626	(843)	1.230.765
Obrigações especiais (b)	(354.639)	-	(48.528)	(12.695)	-	(415.862)
Total	656.156	26.416	26.243	106.931	(843)	814.903

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Atualização do ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Em 23 de novembro de 2015 houve mudança de índice, de IGP-M para IPCA, ocorrida através da Resolução Normativa nº 686/2015 publicado no Diário Oficial da União. As possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR também foram consideradas nessa mudança.

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da Aneel.

13 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

31/12/2016					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,26%	4.027.137	(1.667.477)	(772.205)	1.587.455
Em curso		546.980	-	(144.195)	402.785
Total		4.574.117	(1.667.477)	(916.400)	1.990.240

31/12/2015					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,93%	3.813.805	(1.493.628)	(825.674)	1.494.503
Em curso		373.359	-	(109.139)	264.220
Total		4.187.164	(1.493.628)	(934.813)	1.758.723

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC 01(R1). Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Movimentação do ativo intangível:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	31/12/2016
Em serviço	3.813.808	-	(50.645)	263.974	4.027.137
(-) Amortização	(1.493.628)	(199.950)	26.101	-	(1.667.477)
Total em serviço	2.320.180	(199.950)	(24.544)	263.974	2.359.660
Em curso	373.359	608.892	-	(435.271)	546.980
Total em curso	373.359	608.892	-	(435.271)	546.980
Obrigações especiais (b)	(1.235.855)	(36.534)	-	(1.373)	(1.273.762)
(-) Amortização	301.039	56.323	-	-	357.362
Total em obrigações especiais	(934.816)	19.789	-	(1.373)	(916.400)
Total	1.758.723	428.731	(24.544)	(172.670)	1.990.240

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

	31/12/2014	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	31/12/2015
Em serviço	3.678.195	(26.416)	-	(41.341)	203.370	3.813.808
(-) Amortização	<u>(1.337.280)</u>	<u>-</u>	<u>(182.683)</u>	<u>26.335</u>	<u>-</u>	<u>(1.493.628)</u>
Total em serviço	<u>2.340.915</u>	<u>(26.416)</u>	<u>(182.683)</u>	<u>(15.006)</u>	<u>203.370</u>	<u>2.320.180</u>
Em curso	276.503	-	419.852	-	(322.996)	373.359
Total em curso	<u>276.503</u>	<u>-</u>	<u>419.852</u>	<u>-</u>	<u>(322.996)</u>	<u>373.359</u>
Obrigações especiais (b)	(1.154.431)	-	(94.119)	-	12.695	(1.235.855)
(-) Amortização	<u>245.408</u>	<u>-</u>	<u>55.631</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>301.039</u>
Total em obrigações especiais	<u>(909.023)</u>	<u>-</u>	<u>(38.488)</u>	<u>-</u>	<u>12.695</u>	<u>(934.816)</u>
Total	<u>1.708.395</u>	<u>(26.416)</u>	<u>198.681</u>	<u>(15.006)</u>	<u>(106.931)</u>	<u>1.758.723</u>

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço e reclassificação às transferências para o ativo financeiro em serviço da concessão. De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, 6.3.19 Juros sobre Obras em Andamento - JOA, para os financiamentos contraídos, os valores de juros, variações monetárias e as variações cambiais incorridos até o ativo iniciar suas atividades devem fazer parte do custo histórico do ativo, sendo que esses custos só poderão ser ativados limitado ao WACC regulatório (ou incorrido se for menor que WACC regulatório). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor do JOA foi de R\$ 3.962 (R\$ 2.984 em 31 de dezembro de 2015); e
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Obras em andamento	502.287	332.159
Materiais em depósitos (a)	58.564	47.760
Adiantamento a fornecedores	2.944	9.055
Provisão para perdas (b)	<u>(16.815)</u>	<u>(15.615)</u>
Total	<u>546.980</u>	<u>373.359</u>

- (a) Material existente nos depósitos vinculados às ordens de ativo intangível - ODI.
- (b) A provisão para perdas está relacionada aos itens que estão no estoque de investimento ou em obras em andamento do Programa Luz para Todos - PLPT, prováveis como perda com o término do programa.

O intangível em curso teve um acréscimo em virtude da ampliação dos investimentos em obras de construção de novas subestações, ampliações e novas tecnologias voltadas à expansão e modernização do sistema elétrico.

14 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento de energia elétrica	155.114	181.260
Encargos de uso da rede elétrica	15.356	14.413
Materiais e serviços	134.697	154.879
	<hr/>	<hr/>
Total	305.167	350.552
	<hr/>	<hr/>

15 Empréstimos e financiamentos

		31/12/2016		
Custo médio da dívida (%a.a.)		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	4,41%	119	12.332	12.451
Operação Itaú	3,00%	133.448	-	133.448
Operação Santander	3,00%	133.355	-	133.355
Total moeda estrangeira		266.922	12.332	279.254
Moeda nacional				
Eletrobras	9,43%	47.582	170.600	218.182
IBM	14,69%	1.267	1.086	2.353
BNDES	10,37%	107.707	619.544	727.251
Banco do Brasil	14,89%	32.545	285.021	317.566
BNB	8,50%	18.639	57.372	76.011
Caixa	6,00%	2.878	21.796	24.674
Finep	4,00%	1.128	2.523	3.651
Sudene	7,00%	6.995	30.534	37.529
Votorantim	4,50%	474	1.050	1.524
Subtotal		219.215	1.189.526	1.408.741
(-) Custo de captação		(1.773)	(3.705)	(5.478)
Total moeda nacional		217.442	1.185.821	1.403.263
Total		484.364	1.198.153	1.682.517

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

Custo médio da dívida (%a.a.)		31/12/2015		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	4,10%	133	14.775	14.908
CCBI Itaú	3,00%	929	158.958	159.887
Santander	3,00%	1.046	158.730	159.776
Total moeda estrangeira		2.108	332.463	334.571
Moeda nacional				
Eletrobrás	11,10%	46.683	207.069	253.752
IBM	13,50%	1.060	618	1.678
BNDES	8,50%	104.275	517.003	621.278
Banco do Brasil	14,30%	8.924	306.946	315.870
BNB	8,50%	25.118	75.489	100.607
Caixa	6,00%	2.889	24.579	27.468
Finep	4,00%	1.130	3.645	4.775
IFC	13,80%	11.082	-	11.082
Sudene	7,00%	4.535	37.299	41.834
Votorantim	4,50%	475	1.522	1.997
Subtotal		206.171	1.174.170	1.380.341
(-) Custo de captação		(1.672)	(4.174)	(5.846)
Total moeda nacional		204.499	1.169.996	1.374.495
Total		206.607	1.502.459	1.709.066

Os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio anual de 10,87%, equivalente a 79,74% do CDI (10,2%, equivalente a 72,21% do CDI, em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	484.364	29%	206.607	12%
2017	-	-	614.425	36%
2018	473.560	28%	518.615	30%
2019	199.596	12%	128.720	8%
2020	194.128	12%	96.806	6%
2021	113.691	7%	148.067	9%
Após 2021	220.883	13%	-	0%
Subtotal	1.201.858	71%	1.506.633	88%
Custo de captação (Não circulante)	(3.705)	0%	(4.174)	0%
Não circulante	1.198.153	71%	1.502.459	88%
Total	1.682.517	100%	1.709.066	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	<u>Moeda Nacional</u>		<u>Moeda estrangeira (USD)</u>		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	204.499	1.169.996	2.108	332.463	1.709.066
Ingressos	-	192.846	-	-	192.846
Encargos	110.741	6.561	9.213	-	126.515
Variação monetária e cambial	2.273	17.408	65.156	(120.132)	(35.295)
Transferências	201.461	(201.461)	200.000	(200.000)	-
Amortizações de principal	(194.216)	-	-	-	(194.216)
Pagamentos de juros	(107.216)	-	(9.553)	-	(116.769)
Custo de captação	(102)	472	-	-	370
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>217.440</u>	<u>1.185.822</u>	<u>266.924</u>	<u>12.331</u>	<u>1.682.517</u>

	<u>Moeda nacional</u>		<u>Moeda estrangeira (USD)</u>		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	244.875	1.134.992	1.404	226.154	1.607.425
Ingressos	-	213.929	-	-	213.929
Encargos	112.665	9.865	10.055	-	132.585
Variação monetária e cambial	(880)	12.039	397	106.309	117.865
Transferências	200.861	(200.861)	-	-	-
Amortizações de principal	(247.975)	-	-	-	(247.975)
Pagamentos de juros	(105.769)	-	(9.748)	-	(115.517)
Custo de Captação	<u>722</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>754</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>204.499</u>	<u>1.169.996</u>	<u>2.108</u>	<u>332.463</u>	<u>1.709.066</u>

Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 11 de abril de 2024.

O saldo referente à garantia de dívida da Companhia é compreendido por caução no montante de R\$ 10.337 (R\$ 12.185 em 31 de dezembro de 2015).

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

16 Debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	47.303	495.182	542.485
Adições	-	270.000	270.000
Encargos	60.012	-	60.012
Transferência	100.450	(100.450)	-
Amortização do principal	(33.790)	-	(33.790)
Pagamento de juros	(57.574)	-	(57.574)
Variação monetária	-	16.395	16.395
Custo de captação	(1.419)	(7.869)	(9.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>114.982</u>	<u>673.258</u>	<u>788.240</u>

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.861	506.423	517.284
Encargos	56.828	(473)	56.355
Transferências	33.400	(33.400)	-
Pagamento de juros	(54.182)	-	(54.182)
Variação monetária	398	22.127	22.525
Custo de captação	(2)	505	503
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>47.303</u>	<u>495.182</u>	<u>542.485</u>

A companhia possui três emissões vigentes:

Quarta emissão debêntures

Em 22 de setembro de 2012, encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 280.000, dividido em duas séries de R\$ 101.380 e R\$ 178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de CDI + 1,08% a.a e 2ª série com IPCA + 5,90% a.a com amortizações semestrais da 1ª série e anuais da 2ª série (primeira amortização em 22 de junho de 2016) com seus respectivos vencimentos em 21 de junho de 2018 e 22 de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo remanescente é de R\$ 318.938 e a taxa efetiva dessa operação é de 12,80% ao ano (16% em 31 de dezembro de 2015).

Sexta emissão debêntures

Em 27 de outubro de 2014, encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Debêntures contratada com taxa 113,2% CDI, primeira amortização acontecerá em 13 de outubro de 2017 com vencimento em 14 de outubro de 2019. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo remanescente é de R\$ 205.672 e a taxa efetiva dessa operação é de 15,85% ao ano (15,27% em 31 de dezembro de 2015).

Sétima emissão debêntures

Em 01 de novembro de 2016 encerrou-se a distribuição pública da 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, destinaram-se, exclusivamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de IPCA + 5,48% a.a e 2ª série com IPCA + 5,54% a.a com amortização bullet e seus respectivos vencimentos em 15 de outubro de 2021 e 15 de outubro de 2023. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo remanescente é de R\$ 263.629 e a taxa efetiva dessa operação é de 11,79% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures representam o montante de R\$ 788.240 (R\$ 542.485 em 31 de dezembro de 2015) e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	114.982	15%	47.303	9%
2017	-		100.450	19%
2018	180.442	23%	174.876	32%
2019	146.663	19%	141.096	26%
2020	84.584	11%	80.369	15%
2021	155.601	20%	-	0%
Após 2021	115.446	15%	-	0%
Não circulante	682.736	87%	496.791	92%
Custo de captação - Não circulante	(9.478)	-1%	(1.609)	0%
Total não circulante	673.258	85%	495.182	91%
Total	788.240	100%	542.485	100%

Covenants

As debêntures preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente. Não há garantias relacionadas uma vez que as debêntures são todas quirografárias.

17 Impostos e contribuições a recolher

17.1 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS	55.179	49.538
PIS e COFINS	17.035	19.680
Encargos sociais e outros	8.596	7.293
ISS	3.643	2.970
	<hr/>	<hr/>
Total	84.453	79.481
	<hr/>	<hr/>
Não circulante		
ISS	1.370	1.104
	<hr/>	<hr/>
Total	1.370	1.104
	<hr/>	<hr/>

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32.

18.1 Composição dos créditos e débitos de impostos de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos:

	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ prejuízos fiscais	132.544	132.544
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(318.500)	(269.325)
	<hr/>	<hr/>
Total	(185.956)	(136.781)
	<hr/>	<hr/>

(ii) **Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias:**

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para contingências	31.273	25.681
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	31.243	30.463
Tributos com exigibilidade suspensa	5.848	971
Depreciação acelerada	(336.233)	(301.525)
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(29.397)	(8.081)
SWAP	(17.488)	(34.171)
Outras despesas não dedutíveis	(3.746)	17.337
	<u>(318.500)</u>	<u>(269.325)</u>
Total	<u>(318.500)</u>	<u>(269.325)</u>

18.2 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	53.610	58.086	20.848	132.544

A Companhia não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

18.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está demonstrada a seguir:

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	489.413	489.413	443.114	443.114
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	122.353	44.047	110.779	39.880
Adições:				
Provisão para contingências	22.995	8.278	18.883	6.798
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	22.973	8.270	22.399	8.064
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética P&D	-	-	13.006	4.682
Variação de SWAP	32.029	11.530	59.760	21.514
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	9.727	3.502	7.603	2.737
Provisão para participação nos lucros	4.204	1.513	-	-
Provisão para recuperação de ativos	-	-	3.904	1.405
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	12.342	4.443	16.134	5.808
Outras provisões	8.237	2.965	9.776	3.519
	<u>112.507</u>	<u>40.501</u>	<u>151.465</u>	<u>54.527</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(18.883)	(6.798)	(19.400)	(6.984)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(22.399)	(8.064)	(20.618)	(7.423)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética e M.M.M	(16.751)	(6.030)	(11.118)	(4.003)
Variação de SWAP	(19.761)	(7.114)	(84.886)	(30.559)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(7.603)	(2.737)	(6.945)	(2.500)
Provisão para suprimento de energia	-	-	(2.830)	(1.019)
Provisão para recuperação de ativos	(3.904)	(1.405)	(3.704)	(1.333)
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(28.016)	(10.086)	(22.076)	(7.947)
Outras provisões	(5.222)	(1.870)	(2.369)	(848)
Depreciação acelerada	(34.708)	-	(15.900)	-
	<u>(157.247)</u>	<u>(44.104)</u>	<u>(189.846)</u>	<u>(62.616)</u>
IRPJ e CSLL	<u>77.613</u>	<u>40.444</u>	<u>72.398</u>	<u>31.791</u>
Compensação base negativa de CSLL				
Incentivo PAT	(1.904)	-	(1.674)	-
Despesa IRPJ anos anteriores	-	-	296	177
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>75.709</u>	<u>40.444</u>	<u>71.020</u>	<u>31.968</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	<u>15%</u>	<u>8%</u>	<u>16%</u>	<u>7%</u>
Ativo fiscal diferido	45.346	3.829	39.068	8.275
(+) IRPJ subvenção governamental	(75.709)	-	(71.020)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>45.346</u>	<u>44.273</u>	<u>39.068</u>	<u>40.243</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>9%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012, foi emitido Laudo Constitutivo nº 0037/2012 que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 100.945 (R\$ 94.284 em 31 de dezembro de 2015).

19 Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	399.794	363.803
(-) Reserva legal	(19.989)	(18.190)
(-) Reserva fiscal - Incentivo SUDENE	(75.709)	(71.020)
Lucro líquido ajustado	<u>304.096</u>	<u>274.593</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	76.024	68.648
Dividendos complementares	<u>125.922</u>	<u>95.845</u>
Dividendos propostos	<u>201.946</u>	<u>164.493</u>
Reserva de reforço de capital de giro	102.150	110.100

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Valor por ação (lote de unidades de reais)					
Deliberação		Proventos	Valor	ON	PNA PNB
31/12/2016					
Reunião do Conselho de Administração de 07 de março de 2017	Dividendos		201.946		
31/12/2015					
Reunião do Conselho de Administração de 10 de março de 2016	Dividendos		164.493		

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	62.767
Dividendos adicionais proposto em 2015	433
Pagamento de dividendos	(62.442)
Dividendos mínimos propostos em 2015	<u>68.648</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>69.406</u>
Dividendos adicionais proposto de 2016	95.845
Pagamento de dividendos	(164.458)
Dividendos mínimos propostos de 2016	<u>76.024</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>76.817</u>

20 Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Em contra partida aos lançamentos efetuados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado como dedução da receita operacional.

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL⁴	31/12/2016	31/12/2015
Programa de eficiência energética	0,50%	37.713	28.104
Pesquisa e desenvolvimento	0,20%	27.918	23.550
FNDCT	0,20%	666	741
MME	0,10%	<u>333</u>	<u>371</u>
Total		<u>66.630</u>	<u>52.766</u>
Circulante		<u>25.485</u>	<u>22.634</u>
Não circulante		<u>41.145</u>	<u>30.132</u>

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

⁴ A Receita Operacional Líquida – ROL utilizada refere-se à regulatória.

21 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados, implantado em 2004, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA (Lucros antes de juros, impostos e amortização) e diversos outros indicadores⁵ operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, executivos, líderes e demais colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo provisionado de participação nos lucros é de R\$ 38.397 (R\$ 29.965 em 31 de dezembro de 2015).

22 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	42.312	17.487	38.930	17.738
Fiscais	16.633	16.131	2.286	387
Trabalhistas	19.278	9.770	20.173	9.658
Regulatórias	13.756	-	14.144	-
Total	91.979	43.388	75.533	27.783
Circulante	35.829	18.629	35.835	18.768
Não circulante	56.150	24.759	39.698	9.015

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2015		31/12/2016			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	38.930	27.450	(22.350)	(8.894)	7.176	42.312
Fiscais	2.286	14.336	(3)	11	3	16.633
Trabalhistas	20.173	2.069	(2.892)	(1.225)	1.153	19.278
Regulatórias	14.144	-	-	(2.355)	1.967	13.756
Total	75.533	43.855	(25.245)	(12.463)	10.299	91.979

⁵ Principais indicadores: Perdas, DEC, FEC, Multas, Pesquisa de Clima, Satisfação de Clientes (ISQP) e Fluxo de Caixa.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	36.363	21.349	(23.900)	(5.686)	10.804	38.930
Fiscais	498	1.826	-	(16)	(22)	2.286
Trabalhistas	20.693	2.329	(2.065)	(2.009)	1.225	20.173
Regulatórias	20.046	10	(6.632)	(660)	1.380	14.144
Total	<u>77.600</u>	<u>25.514</u>	<u>(32.597)</u>	<u>(8.371)</u>	<u>13.387</u>	<u>75.533</u>

- (1) Gastos efetivos com contingências judiciais.
(2) Reversões realizadas no exercício.
(3) Atualizações monetárias.

Cíveis

A Companhia figura como ré em 14.367 processos cíveis (11.286 processos em 2015), sendo que 9.932 tramitam em Juizados Especiais (7.612 processos em 2015), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contempla provisão de R\$ 42.312 (R\$ 38.930 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 98.447 (R\$ 61.172 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão.

Fiscais

A Companhia figura como ré em 72 processos fiscais (72 processos em 2015).

Registra-se, ainda, que a Companhia continua monitorando o trâmite das ações de prestação de contas e indenizatórias ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga “Taxa de Iluminação Pública - TIP” cuja probabilidade de perda foi alterada de provável para possível em face da procedência, à unanimidade, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, as quais já transitaram em julgado favoravelmente à Companhia. Assim, apenas remanesce litígio em relação ao recurso especial interposto pela CEMAR contra o acórdão do TJMA, no que tange à matéria referente ao valor dos honorários advocatícios fixados a favor do Município de São Luís, relativamente ao indeferimento da inclusão de litisconsortes na ação rescisória.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contemplam provisão de R\$ 16.633, para as causas fiscais (R\$ 2.286 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas acima, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$ 30.086 (R\$ 30.234 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera fiscal e, reclamações trabalhistas na esfera trabalhista.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado no “circulante”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado no “não circulante”.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 509 reclamações ajuizadas (562 reclamações em 2015) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contempla provisão para causas trabalhistas no valor de R\$ 19.278 (R\$ 20.173 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outros processos trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 12.854 (R\$ 13.944 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

Regulatórias

O valor corresponde a prováveis penalidades a serem aplicada na CEMAR, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia contempla provisão para contingências regulatórias no valor de R\$ 13.756 (R\$ 14.144 em 31 de dezembro de 2015).

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 929.620 (R\$ 840.410 em 31 de dezembro de 2015) e sua composição por classe de ações e principais acionistas está assim demonstrada:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletrobrás	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
Total	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100%

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.000.000, mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja a quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art. 172 da lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe “A” e 10% (dez por cento) para as de classe “B”, calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

Em 10 de março de 2016 foi proposto pelo Conselho de Administração o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 89.210, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$ 71.020 e 100% da reserva legal no valor de R\$ 18.190. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social. Em 14 de abril de 2016, este aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

23.2 Reserva de capital

Em atendimento à deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$ 674, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

23.3 Reserva de lucros

a. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é R\$ 19.989 (R\$ 18.190 em 31 de dezembro de 2015) devido ao aumento de capital.

b. Reserva de incentivos fiscais

Em 28 de março de 2012 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), Subvenções e Assistências Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 75.709 (R\$ 71.020 em 31 de dezembro de 2015), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

c. Reserva estatutária de reforço de capital de giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desta reserva é de R\$ 1.025.207 (R\$922.135 em 31 de dezembro de 2015).

d. Reserva de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$ 125.000 (R\$95.845 em 31 de dezembro de 2015).

23.4 Excesso de reserva de lucros

Em 7 de março de 2017 foi proposto pelo Conselho de Administração o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 95.698, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$ 75.709, e 100% da reserva legal no valor de R\$ 19.989. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

24 Receita operacional

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

31/12/2016			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.104.930	3.124.460	1.696.597
Industrial	8.395	461.515	177.602
Comercial	154.726	1.248.097	718.915
Rural	59.192	208.702	72.973
Poder público	23.664	383.445	271.964
Iluminação pública	1.025	441.125	150.967
Serviço público	6.516	293.744	84.053
Consumo próprio	318	9.018	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	7.591
Suprimento CCEE	-	-	50.235
Baixa renda	-	-	184.943
Subvenção CDE - Outros	-	-	55.099
Transferência para obrigações especiais	-	-	(5.241)
- ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	
Receita de construção	-	-	607.777
Valores a receber/devolver da parcela A	-	-	81.125
e outros itens financeiros	-	-	
Outras	-	-	35.687
Total	2.358.766	6.170.106	4.190.287
31/12/2015			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.012.173	2.916.628	1.477.959
Industrial ⁶	8.507	515.890	188.790
Comercial ⁵	151.361	1.236.809	669.172
Rural	58.649	200.625	65.691
Poder público	23.152	364.913	192.348
Iluminação pública	1.025	419.280	128.501
Serviço público	6.431	297.045	130.344
Consumo próprio	304	9.015	-
Suprimento CCEE	-	-	11.061
Baixa renda	-	-	176.349
Receita de construção	-	-	424.398
Valores a receber/devolver da parcela A	-	-	200.414
e outros itens financeiros	-	-	
Outras	-	-	84.777
Total	2.261.602	5.960.205	3.749.804

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

⁶ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia reclassificou o MWh dos clientes livres" do exercício findo de 31 de dezembro de 2015.

25 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecimento de energia elétrica ⁷	3.488.997	3.275.119
Receita de distribuição	3.283.723	2.958.112
Remuneração financeira WACC (a)	69.050	71.042
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	81.125	200.414
Subvenção CDE - Outros	55.099	45.551
Suprimento de energia elétrica (c)	50.235	11.061
Receita de construção (d)	607.777	424.398
Outras receitas	43.278	39.226
Receita operacional	4.190.287	3.749.804
ICMS sobre venda de energia elétrica	(562.383)	(530.253)
PIS e COFINS	(306.438)	(298.048)
Encargos do consumidor	(30.796)	(23.773)
ISS	(1.168)	(1.849)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(224.858)	(157.088)
Deduções à receita operacional	(1.125.643)	(1.011.011)
Receita operacional líquida	3.064.644	2.738.793

(a) Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada;

(b) O valor corresponde à receita na operação de curto prazo no mercado *spot*, onde em agosto de 2015, ocorreu a devolução do pagamento da liminar de Jirau, cujos valores foram registrados na liquidação de julho de 2015, onde a contrapartida está na linha de energia elétrica de curto prazo; A variação em 2016 se deve em virtude das operações de venda de energia no mercado de curto prazo - MCP, o que resultou em uma despesa menor, enquanto que em 2015, a empresa estava com a despesa maior por estar comprando no Mercado de Curto Prazo e teve um atraso no cronograma das liquidações CCEE, o que levou a conta a encerrar o exercício com a provisão dos últimos três meses, o que não ocorreu em 2016.

(c) O custo de construção dos ativos da concessão sofreu um crescimento em comparação com o mesmo período do ano anterior em função da retomada de investimentos em obras de melhorias; ampliação; conservação e manutenção das Redes de Distribuição; Linhas de Subtransmissão e Subestações executados na área de concessão.

(d) A conta CDE teve aumento significativo no ano de 2016, devido às amortizações das parcelas do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014. Do total pago, R\$ 137.252 refere-se a empréstimo ACR e R\$ 87.606 de quota CDE e quota Tesouro.

⁷ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica "Outras" para as rubricas de "Receita de distribuição" e "Subvenção CDE - Outros".

26 Custo do serviço e despesas operacionais

31/12/2016				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	36.660	28.441	53.682	118.783
Material	302	1.105	3.274	4.681
Serviços de terceiros	80.287	108.914	98.062	287.263
Energia elétrica comprada para revenda	1.215.210	-	-	1.215.210
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	88.688	-	-	88.688
Custo de construção	607.777	-	-	607.777
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	62.212	-	62.212
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	17.735	17.735
Amortização	118.486	-	25.142	143.628
Arrendamento e aluguéis	943	2.214	194	3.351
Outros	548	1.237	283	2.068
Total	2.148.901	204.123	198.372	2.551.396
31/12/2015				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	31.457	27.780	48.105	107.342
Material	8.508	1.942	1.630	12.080
Serviços de terceiros	72.193	99.272	79.399	250.864
Energia elétrica comprada para revenda	1.219.224	-	-	1.219.224
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	75.989	-	-	75.989
Custo de construção	424.398	-	-	424.398
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	29.399	-	29.399
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	15.388	15.388
Amortização ⁸	96.267	-	30.782	127.049
Arrendamento e aluguéis	1.278	2.453	161	3.892
Outros	801	1.151	1.114	3.066
Total	1.930.115	161.997	176.579	2.268.691

⁸ A Companhia em 31/12/2015 apresentava a linha "Amortização" separadamente das "Despesas administrativas". Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a mesma apresenta tal valor tanto em 2016 quanto em 2015 como parte do mesmo grupo.

27 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh(*)		R\$	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Energia de leilão (a)	4.697	3.342	888.118	715.605
Contratos Eletronuclear	205	210	41.134	46.657
Contratos cotas de garantias (b)	2.982	2.882	186.999	95.194
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	-	40.016	53.307
Energia de curto prazo - CCEE (c)	(443)	723	142.450	399.203
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	143	135	39.997	26.694
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	88.688	75.989
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	-	(123.504)	(117.436)
Total	7.584	7.292	1.303.898	1.295.213

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

- (a) A compra de Energia Leilão para o ano corrente, a CEMAR iniciou o pagamento de novos leilões de energia com início em janeiro de 2016, tais como MCSD 2015, 15º Leilão de energia existente, 13º Leilão de energia nova, 17º Leilão de energia nova, 3º Leilão de fonte alternativas, aumentando a quantidade energia contratada e por conseguinte o custo correspondente à referida energia;
- (b) A despesa dos contratos de cotas garantias refere-se à energia decorrente do rateio da garantia física e de potência das usinas cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783, de 2013. A alocação das cotas às concessionárias de distribuição de energia é estabelecida conforme regulamento da ANEEL. No exercício findo de 31 de dezembro de 2016, o preço médio das cotas, se comparado com o exercício de 2015, apresenta valor maior devido à aquisição de novas cotas, cuja energia tem preço valorado à média R\$ 62,70;
- (c) No exercício findo de 31 de dezembro de 2016, devido a atual situação do Setor Elétrico, as operações de curto prazo da CEMAR gerou venda de energia no mercado spot, influenciado pela situação de sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontração de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e a queda do consumo no ano de 2016 pela crise financeira no país.
- (d) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.

28 Outras despesas operacionais líquidas

	31/12/2016	31/12/2015
Perda na desativação de bens e direito	40.368	27.388
Multas por violação de indicadores (a)	9.983	12.333
Indenização por danos a terceiros	2.728	4.738
Outras despesas e receitas operacionais	7.575	2.712
Total	60.654	47.171

- (a) Indicadores como Duração de interrupção individual por unidade consumidora - DIC, Frequência de interrupção individual por unidade consumidora - FIC, Duração Equivalente de interrupção por unidade consumidora - DEC e Frequência Equivalente de interrupção por unidade consumidora - FEC.

29 Resultado financeiro líquido

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendas financeiras	170.073	153.724
Valores a receber/devolver parcela A (a)	19.445	30.322
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	82.244
Acréscimo moratório de energia vendida (c)	67.572	85.692
Receita financeira de AVP	-	666
Variação monetária e cambial da dívida (d)	54.775	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(12.302)	(7.135)
Atualização do ativo financeiro (e)	102.956	26.244
Juros ativos	20	-
Outras receitas financeiras	7.852	17.155
	<hr/>	<hr/>
Total de receitas financeiras	410.391	388.912
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A (a)	(11.685)	(7.897)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(70.249)	-
Variação monetária e cambial da dívida (d)	(35.875)	(140.390)
Encargos da dívida	(186.527)	(188.940)
Atualização de eficientização e contingências	(14.242)	(12.798)
Atualização do ativo financeiro (e)	(37.708)	-
Despesa financeira de AVP	(3)	(209)
Juros, multas s/ operação de energia	(934)	-
Descontos concedidos	(1.481)	-
Outras despesas financeiras	(14.868)	(18.495)
	<hr/>	<hr/>
Total de despesas financeiras	(373.572)	(368.729)
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro líquido	36.819	20.183
	<hr/>	<hr/>

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de Swap, que trocam Dolar+spread por CDI+ spread, onde a principal variação foi a cambial sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 tivemos despesa de Swap no valor de R\$70.249, devido à queda do dólar em 2016 (vide nota d), contra uma receita no mesmo período de 2015;
- (c) São os valores provenientes da multa, atualização monetária e juros de mora gerados por atraso do pagamento da conta de energia emitida pela distribuidora;
- (d) O principal efeito da variação cambial, é derivado da queda do dólar em 16,5%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,259 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, contra uma alta de 30,5% se comparando ao do ano de 2015; e
- (e) Refere-se a ajuste dos ativos financeiros referente ao VNR em razão da homologação da revisão tarifária da CEMAR, conforme Resolução Normativa nº 686/2015, publicado no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2015 (vide Nota 12).

30 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

31/12/2016				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador				
Lucro líquido do exercício	392.818	3.018	3.959	399.794
Denominador	-	-	-	-
Média ponderada por classe de ações	161.319	1.239	1.626	164.184
Lucro básico e diluído por ação	2,4350	2,4350	2,4350	2,4350

31/12/2015				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador				
Lucro líquido do exercício	357.455	2.746	3.602	363.803
Denominador	-	-	-	-
Média ponderada por classe de ações	161.319	1.239	1.626	164.184
Lucro básico e diluído por ação ⁹	2,2158	2,2158	2,2158	2,2158

31 Entidade de previdência privada

Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece o benefício de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

⁹ A Companhia em 31/12/2015 apresentou o lucro básico e diluído por ação com valores distintos por tipo de ação, quando não existe variação entre elas. Em 31/12/2016 a apresentação do exercício anterior está sendo retificada.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A Companhia, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, esse valor corresponde a R\$ 2.318 (R\$ 2.106 em 31 de dezembro de 2015).

(i) Plano de Benefícios Definidos I - BD-I

Plano de benefícios previdenciários administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e patrocinado pela CEMAR - Companhia Energética do Maranhão, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O BD-I é estruturado na modalidade de “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Aposentadoria por Invalidez**
O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social.
- **Aposentadoria por Idade**
O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.
- **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**
O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social.
- **Aposentadoria Especial**
O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria especial da Previdência Social.
- **Auxílio Doença**
O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e o benefício de auxílio-doença da Previdência Social, desde que o participante tenha efetuado 12 meses de contribuições ao plano.
- **Auxílio-Funeral**
O benefício equivale ao valor de R\$ 116,25, em novembro/1995, atualizável nas mesmas épocas e pelos mesmos índices de reajuste salarial coletivo da patrocinadora. É concedido à pessoa que comprove ter sido executor do funeral do participante, desde que o este tenha efetuado 12 meses de contribuições ao plano.
- **Abono Anual**
O benefício é concedido na mesma época em que é concedido o abono anual da Previdência Social, e consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

- **Pensão por Morte**
O benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 50% (mais 10% por beneficiário) da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data de falecimento.

As principais definições do plano, conforme disposto no seu Regulamento, são:

- **Salário Real de Contribuição (SRC)**
É o valor sobre o qual incidem os percentuais de contribuições do participante.
- **Salário Real de Benefício (SRB)**
Média aritmética simples dos últimos 36 meses dos Salários Reais de Contribuição anteriores ao mês de início do benefício, excluindo-se o 13º salário, atualizados pelos mesmos índices de atualização utilizados pelo RGPS no cálculo do Salário de Benefício. É o valor base para o cálculo das complementações de benefícios.
- **Unidade Mínima de Benefício (UMB)**
A UMB corresponde ao menor valor mensal que uma complementação de aposentadoria ou pensão pode assumir, equivalente a R\$ 128,00 em maio/2004. Esse valor é atualizado nas mesmas épocas e pelos mesmos índices estabelecidos no Regulamento para reajuste das complementações.
- **Benefício Mínimo**
É garantido o valor mínimo de 25% do SRB, não podendo esse valor ser inferior à UMB.
- **Contribuições**
O custeio do plano é obtido através das Contribuições Normais dos participantes e das patrocinadoras.

(ii) Plano Misto de Benefícios - PMB

Plano de benefícios previdenciários administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e patrocinado pela CEMAR - Companhia Energética do Maranhão e pela própria FASCemar.

O PMB é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Aposentadoria Normal**
É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a. Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b. Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - c. Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d. Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

- **Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho**
O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que este esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.
- **Pensão por Morte de Ativo**
O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.
- **Pensão por Morte de Assistido**
O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

As principais definições do plano, conforme disposto no seu Regulamento, são:

- **Salário Real de Contribuição (SRC)**
É o valor sobre o qual incidem os percentuais de contribuições do participante.
- **Indexador Atuarial do Plano (IAP)**
Conforme definido no Artigo 22 do Regulamento, o IAP equivale ao INPC do IBGE.
- **Unidade de Referência Fascemar (URF)**
É a unidade padrão do plano, que corresponde a R\$ 257,67 em novembro/2004. Esse valor é atualizado pelo indexador IAP.
- **Rentabilidade Líquida**
É o resultado financeiro líquido dos investimentos das Provisões e Fundos do plano através da sistemática de cálculo de cota aprovada pelo Conselho Deliberativo. A cota reflete o resultado financeiro líquido entre duas datas consecutivas de apuração.
- **Contribuição Real Média Mensal (CRMM)**
A CRMM é a média das contribuições mensais relativas aos 12 últimos meses imediatamente anteriores à data de cálculo. A CRMM é destinada para o cálculo dos benefícios de Incapacidade e de Pensão por Morte de Ativo.
- **Saldo de Conta Aplicável**
É a soma dos valores que o participante tem direito quando do cálculo do seu benefício.
- **Contribuições**
 - a. O custeio do plano é obtido através das seguintes contribuições:
 - b. Contribuição Normal Mensal Programada dos participantes;

- c. Contribuição Normal Facultativa dos participantes;
- d. Contribuição Normal de assistido;
- e. Contribuição Básica do patrocinadora;
- f. Contribuição para Benefícios de Risco do patrocinadora; e
- g. Contribuição para Despesas Administrativas do patrocinadora.

31.1 Premissas adotadas

As hipóteses (premissas) utilizadas na Avaliação Atuarial segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), publicado em dezembro/2012, em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19 (IASB - BV 2012), são apresentadas a seguir

Econômicas e financeiras

Taxa de Desconto Atuarial Real	Ref.
Plano de Benefícios Definidos I - BD-I: 5,78% a.a.	(a)
Plano Misto de Benefício (PMB) 5,78% a.a.	(b)

- (a) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com duration aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 18 anos para o plano BD-I. NTN-B em 29/12/2016 com vencimento em 15/05/2035.
- (b) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com duration aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 21 anos para o plano PMB. NTN-B em 29/12/2016 com vencimento em 15/05/2035.
- *Expectativa de Inflação:* 4,87% ao ano, conforme a mediana da expectativa de mercado apresentada no Relatório FOCUS de 30/12/2016 para o IPCA em 2017.
- Regime Financeiro: Capitalização
- *Método:* Crédito Unitário Projetado
- Crescimento Real dos Salários: 1,00 % a.a.
- Biométricas

Mortalidade Geral: AT-2000 Suavizada 10% segregada por sexo

Mortalidade de Inválidos: Tábua AT-83 masculina

Entrada em Invalidez: Cemar BD-I: Light Média/Tábua Light Média

Turnover (Rotatividade): Nula

- Composição Familiar

Para o Plano BD-I, utilizou-se:

Benefícios a Conceder: premissa de composição familiar média:

- Percentual de casados: 80%
- Diferença de idade entre titular e cônjuge: 5 anos
- Idade filho mais jovem (Z):

$Z = 21 - \text{MAX}[(90-x)/2; 0]$, sendo “x” a idade do titular.

Benefícios Concedidos: família real, conforme banco de dados.

- Outras

Data base da avaliação:

Planos previdenciários: 30/09/2016

Idade de saída da empresa (aposentadoria)

Calculada individualmente, conforme as regras regulamentares dos Planos de Previdência.

31.2 Informações dos participantes

Planos de benefícios

	BD - I	MISTO
Participantes Ativos		
Frequência de participantes	28	1.141
Idade média (em anos)	49	36
Tempo médio de empresa (em anos)	24	9
Folha mensal dos salários de participação (R\$)	63.063	4.592.278
Salário médio de participação (em R\$)	2.252	4.025
Folha anual de salários de participação (em R\$)	819.818	59.699.615
Participantes Aposentados		
Frequência de participantes	423	56
Idade média (em anos)	71	60
Folha mensal de benefícios (em R\$)	754.649	117.937
Benefício médio (em R\$)	1.784	2.106
Folha anual de benefícios (em R\$)	9.810.439	1.533.178
Participantes Pensionistas		
Frequência de participantes	224	8
Folha mensal de benefícios (em R\$)	199.551	5.053
Benefício médio (em R\$)	891	632
Folha anual de benefícios (em R\$)	2.594.157	65.693
Participantes Remidos		
Frequência de participantes	-	1
Idade média (em anos)	-	30
Folha anual de salários de participação (em R\$)	-	59.699.615

31.3 Apuração do passivo/ativo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da empresa.

Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31/12/2016 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado do exercício de 2017.

Os resultados da avaliação atuarial são apresentados a seguir.

Plano BD-I

Ativos do Plano	Valor Contabilizado (R\$)	Ajuste a Valor de Mercado (R\$)	Valor a Mercado (R\$)	Em %
Disponível	3.821	-	3.821	0,00%
Realizável - Gestão Previdencial	548.698	-	548.698	0,32%
Realizável - Gestão Administrativa	942.317	-	942.317	0,56%
Fundos de Investimentos	4.161.054	-	4.161.054	2,45%
Títulos públicos	143.412.777	6.856.169	150.268.946	88,62%
Créditos privados e depósitos	7.019.098	-	7.019.098	4,14%
Ações	-	-	-	0,00%
Depósitos Judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos Imobiliários	5.372.597	-	5.372.597	3,17%
Empréstimos e Financiamentos	1.235.768	-	1.235.768	0,73%
Outros realizáveis	15.256	-	15.256	0,01%
(=) Ativo Total	162.711.386	6.856.169	169.567.555	100,00%

Valor Justo dos Ativos do Plano

Em R\$

(+) Ativo total	169.567.555
(-) Exigível Operacional	(879.202)
(-) Exigível Contingencial	(44.491)
(-) Fundos Previdenciais	-
(-) Fundos Administrativos	(942.317)
(-) Fundos Investimentos	-
(=) Ativo líquido de cobertura	167.701.545

Plano Misto de Benefícios - PMD

Ativod do plano	Valor Contabilizado (R\$)	Ajuste a Valor de Mercado (R\$)	Valor a Mercado (R\$)	Em %
Disponível	17.426	-	17.426	0,02%
Realizável - Gestão Previdencial	9.292	-	9.292	0,01%
Realizável - Gestão Administrativa	1.864.741	-	1.864.741	2,53%
Fundos de Investimentos	9.870.501	-	9.870.501	13,40%
Títulos públicos	57.203.402	9.079	57.212.481	77,70%
Créditos privados e depósitos	-	-	-	0,00%
Ações	-	-	-	0,00%
Depósitos Judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	4.648.459	-	4.648.459	6,31%
Outros realizáveis	12.864	-	12.864	0,02%
	73.626.685	9.079	73.635.764	100,00%

Valor justo dos ativos do plano	Em R\$
(+) Ativo total	73.626.685
(-) Exigível Operacional	(58.113)
(-) Exigível Contingencial	-
(-) Fundos Previdenciais	(7.409.460)
(-) Fundos Administrativos	(1.864.741)
(-) Fundos Investimentos	(248.790)
(=) Patrimônio de cobertura	64.045.581
(-) Saldos de Conta	(64.045.581)
(+) Fundo de Risco	4.204.214
(+/-) Ajuste Marcação à mercado (parcela BD)	-
(=) Ativo líquido de cobertura	<u>4.204.214</u>

31.4 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

Plano BD-I

2 Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos (Em R\$)	31/12/2016	31/12/2015
2.1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	144.403.546	123.090.257
2.2 Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(167.701.545)	(146.170.024)
2.3 Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1 + 2.2)	(23.297.999)	(23.079.767)
2.4 Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
2.5 Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3 x 2.4)	<u>(23.297.999)</u>	<u>(23.079.767)</u>
2.6 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	<u>(23.297.999)</u>	<u>(23.079.767)</u>
2.7 Efeito do Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	(23.297.999)	(23.079.767)
2.8 Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	<u>-</u>	<u>-</u>
2.9 Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-
2.10 Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (2.8 - 2.9)	<u>-</u>	<u>-</u>

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, existem recursos integralizados suficientes (Superávit de R\$ 23.297.999) para garantir o pagamento dos compromissos do plano, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.

Plano Misto de Benefícios - PMB

2 Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos (Em R\$)	31/12/2016	31/12/2015
2.1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	586.876	625.542
2.2 Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(4.044.886)	(3.065.436)
2.3 Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1 + 2.2)	(3.458.010)	(2.439.894)
2.4 Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
2.5 Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3 x 2.4)	(3.458.010)	(2.439.894)
2.6 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	(3.458.010)	(2.439.894)
2.7 Efeito do Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	(3.458.010)	(2.439.894)
2.8 Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	-	-
2.9 Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-
2.10 Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (2.8 - 2.9)	-	-

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, existem recursos integralizados suficientes (Superávit de R\$ 3.458.010) para garantir o pagamento dos compromissos do plano, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.

31.5 Movimentação do ativo/passivo atuarial

Para fins de registro contábil da CEMAR, não houve movimentação do Passivo Atuarial durante o ano de 2016.

Para cada exercício, os valores de despesa (receitas) esperados são calculados pela projeção das variações das obrigações atuariais. Para o exercício de 2017, os valores a serem registrados são os seguintes:

	31/12/2017	
Despesa a reconhecer na demonstração de resultados do exercício seguinte (Em R\$)	BD - I	PMB
13.1 Custo do serviço corrente (com juros)	30.612	81.330
13.2 Contribuições esperadas dos participantes	(210.100)	-
13.3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	15.092.323	54.043
13.4 Rendimento esperado dos ativos	(17.661.513)	(442.161)
13.5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo	2.546.817	378.012
13.6 Despesa/(receita) a ser reconhecida pelo empregador	(201.861)	71.224
13.7 Contribuições esperadas do empregador referente a custeio de plano	(210.100)	(189.820)
13.8 Total da despesa (receita) adicional a reconhecer	(411.961)	(118.596)

Os valores apresentados devem ser analisados ao encerramento do próximo exercício, quando será apurado novamente se estas projeções se concretizaram ou se será necessário efetuar ajustes adicionais em relação às provisões de benefícios pós-emprego.

31.6 Demonstrativo completo sobre os cálculos efetuados em 31/12/2016 - (Em R\$)

Demonstração do reconhecimento do passivo/(ativo) neste exercício

	31/12/2016		31/12/2015	
	BD - I	PMB	BD - I	PMB
1 Ativo Líquido de Cobertura do Plano				
1.1 Valor justo dos ativos do plano	167.701.545	4.044.886	146.170.024	3.065.436
			31/12/2016	
3 Despesa a Reconhecer no Resultado do Exercício, conforme projetado no ano anterior			BD - I	PMB
3.1 Custo do serviço corrente (com juros)			25.865	81.573
3.2 Contribuições de participantes			(24.138)	-
3.3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais			17.277.319	75.999
3.4 Rendimento esperado dos ativos			(20.684.172)	(452.010)
3.5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo			3.403.416	359.795
3.6 Custos Adicionais (a+b)			-	-
(a) Custo do serviço passado (efeito de alteração ou redução do plano)			-	-
(b) Ganho(perda) na liquidação (settlement)			-	-
3.7 Despesa/(receita) a ser reconhecida pelo empregador (3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4 + 3.5 + 3.6)			(1.710)	65.357
3.8 Contribuições do empregador referente a custeio de plano			(24.138)	(227.761)
3.9 Total da despesa (receita) adicional a reconhecer (3.7 + 3.8)			(25.848)	(162.404)
			31/12/2016	
4 Remensurações do Valor líquido de passivo (ativo), a reconhecer em Outros Resultados Abrangentes			BD - I	PMB
4.1 (Ganho)/perda nas obrigações atuariais apurado nesta avaliação atuarial (9.7)			16.285.366	31.926
4.2 (Ganho)/perda nos ativos do plano apurado nesta avaliação atuarial (7.8)			(13.074.334)	(527.843)
4.3 (Ganho)/perda no teto do ativo apurado nesta avaliação atuarial (11.5)			(3.185.184)	658.321
4.4 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (4.1 + 4.2 + 4.3)			25.848	162.404
			31/12/2016	
5 Demonstração do valor do Passivo/(ativo) atuarial adicional reconhecido neste exercício			BD - I	PMB
5.1 Total da despesa (receita) adicional reconhecida no Resultado do Exercício (3.9)			(25.848)	(162.404)
5.2 Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (4.4)			25.848	162.404
5.3 Passivo/(Ativo) adicional reconhecido neste exercício (5.1 + 5.2)			-	-

Demonstração valores de perdas/(ganhos) apurados no exercício

	31/12/2016	
	BD - I	PMB
7 Evolução do valor justo dos ativos		
7.1 Valor justo dos ativos ao início do ano	146.170.024	3.065.436
7.2 Benefícios pagos durante o exercício	12.275.261	228.164
7.3 Contribuições de participante vertidas durante o exercício	24.138	-
7.4 Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	24.138	227.761
7.5 Rendimento esperado dos ativos (8.4)	20.684.172	452.010
7.6 Valor justo dos ativos esperado para o final do ano (7.1 - 7.2 + 7.3 + 7.4 + 7.5)	154.627.211	3.517.043
7.7 Valor justo dos ativos apurado ao final do ano (1.1)	167.701.545	4.044.886
7.8 (Ganhos)/Perdas sobre o Valor Justo dos Ativos (7.6 - 7.7)	(13.074.334)	(527.843)

	31/12/2016	
	BD-I	PMB
8 Demonstração do rendimento esperado dos ativos		
8.1 Rendimento esperado sobre ativos acumulados do ano anterior, conforme premissa	21.554.698	452.039
8.2 Rendimento sobre contribuições esperadas	3.437	16.216
8.3 Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios	(873.963)	(16.245)
8.4 Rendimento esperado dos ativos (8.1 + 8.2 + 8.3)	20.684.172	452.010

	31/12/2016	
	BD - I	PMB
9 Evolução do valor presente das obrigações atuariais		
9.1 Valor das obrigações atuariais ao início do ano (2.1)	123.090.257	625.542
9.2 Custo do serviço corrente (3.1)	25.865	81.573
9.3 Juros sobre obrigação atuarial (10.3)	17.277.319	75.999
9.4 Benefícios pagos no ano	12.275.261	228.164
9.5 Valor das obrigações atuariais esperadas para o final do ano (9.1 + 9.2 + 9.3 - 9.4)	128.118.180	554.950
9.6 Valor das obrigações atuariais avaliadas ao final do ano (2.1)	144.403.546	586.876
9.7 (Ganhos)/Perdas sobre as Obrigações atuariais (9.6 - 9.5)	16.285.366	31.926

	31/12/2016	
	BD - I	PMB
10 Demonstração do custo de juros sobre as obrigações atuariais		
10.1 Despesa de juros sobre obrigação atuarial do ano anterior	18.151.282	92.244
10.2 Receita de juros sobre pagamentos esperados de benefícios	(873.963)	(16.245)
10.3 Juros sobre as obrigações atuariais do ano corrente (10.1 + 10.2)	17.277.319	75.999

	31/12/2016	
	BD - I	PMB
11 (Ganhos) e perdas no teto de ativo, para superávit		
11.1 Efeito do Teto de Ativo no início do exercício	23.079.767	2.439.894
11.2 Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo	3.403.416	359.795
11.3 Efeito do Teto de Ativo esperado no final do exercício	26.483.183	2.799.689
11.4 Efeito do Teto de Ativo apurado no final do exercício	23.297.999	3.458.010
11.5 (Ganhos)/Perdas sobre o Teto de Ativo	(3.185.184)	658.321

Demonstração da evolução de perda/(ganho) em resultados abrangentes

	<u>31/12/2016</u>	
12 Ajustes efetuados em outros resultados abrangentes	BD - I	PMB
12.1 (Ganho)/perda acumulado até o exercício anterior, registrado em Outros Resultados Abrangentes	4.892.680	1.757.340
12.2 (Ganho)/perda do exercício atual (4.4)	25.848	162.404
12.3 (Ganho)/perda total reconhecido ao final do exercício seguinte (12.1 + 12.2)	<u>4.918.528</u>	<u>1.919.744</u>

31.7 Análise de sensibilidade - (Em R\$)

Conforme o item 145 da CPC 33(R1), a empresa deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A Tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Análise de Sensibilidade (Impacto nas obrigações)	<u>BD - I</u>		<u>PMB</u>	
Taxa de desconto				
Aumento de 0,5%	(6.050.243)	-4,19%	(16.411)	-2,80%
Redução de 0,5%	6.544.416	4,53%	17.321	2,95%
Expectativa de Vida				
Redução de 1 ano	(3.206.606)	-2,22%	15.378	2,62%
Aumento de 1 ano	3.140.314	2,17%	(13.642)	-2,32%

- Análise da variação em Perdas/(Ganhos)
A seguir é apresentado a abertura das principais variáveis que explicam a variação ocorrida nas perdas/(ganhos) sobre as obrigações atuariais apuradas no exercício.

Análise da variação em Perdas/(Ganhos) nas Obrigações Atuariais apuradas no exercício

Alteração da Taxa de Desconto vigente no ano anterior para a Taxa de Desconto desse exercício	17.754.319
Experiência da população	<u>(1.468.953)</u>
Total das Perdas/(Ganhos) apuradas no exercício	<u>16.285.366</u>

Plano misto de benefícios - PMD

- Rateio do Valor Justo dos Ativos
Por ser um plano solidário com outros Patrocinadores, efetuaremos, a seguir, o rateio do valor justo dos ativos considerando a proporção da obrigação atuarial relativa à Patrocinadora CEMAR:

	Total	Cemar	Proporção
Obrigações Atuariais	609.993	586.876	96,21%
Valor Justo dos Ativos	4.204.214	4.044.885	96,21%

- Análise da variação em Perdas/(Ganhos)

Análise da variação em Perdas/(Ganhos) nas Obrigações Atuariais apuradas no exercício

Alteração da Taxa de Desconto vigente no ano anterior para a Taxa de Desconto desse exercício	49.321
Experiência da população	(17.395)
Total das Perdas/(Ganhos) apuradas no exercício	<u>31.926</u>

32 Instrumentos financeiros

32.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado¹⁰ (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

32.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo.

32.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e dezembro de 2015 estão identificados conforme a seguir:

31/12/2016

31/12/2015

¹⁰ O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2016		31/12/2015	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao valor justo	564.940	564.940	310.893	310.893
Investimentos de curto prazo	Ativos financeiros ao valor justo	795.960	795.960	1.094.340	1.094.340
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	847.354	847.354	790.379	790.379
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	43.388	43.388	27.783	27.783
Instrumentos financeiros derivativos ¹¹	Ativos financeiros ao valor justo	60.062	60.062	109.131	109.131
Ativo financeiro de concessão	Empréstimos e recebíveis	<u>1.048.121</u>	<u>1.048.121</u>	<u>814.904</u>	<u>814.904</u>
Total do ativo		<u>3.359.825</u>	<u>3.359.825</u>	<u>3.147.430</u>	<u>3.147.430</u>
Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2016		31/12/2015	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Empréstimos e recebíveis	305.167	305.167	350.552	350.552
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	1.682.517	1.682.517	1.709.066	1.709.066
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	<u>788.240</u>	<u>781.160</u>	<u>542.485</u>	<u>532.144</u>
Total do passivo		<u>2.775.924</u>	<u>2.768.844</u>	<u>2.602.103</u>	<u>2.591.762</u>

- Caixa e equivalente de caixa - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 1.
- Investimentos de curto prazo - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- Ativo financeiro de concessão - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- Empréstimos e financiamentos - os empréstimos e financiamentos têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- Debêntures - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus

¹¹ A Companhia em 31/12/2015 não apresentou a linha de “Instrumentos financeiros derivativos”, todavia para efeito de comparabilidade e melhor análise, a mesma apresenta tal valor tanto em 2016 quanto em 2015 como parte do mesmo grupo, visto que é o item é um instrumento financeiro.

valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

- Instrumentos financeiros derivativos - são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

32.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui *Swap* com os bancos Itaú e Santander referentes às operações em moeda estrangeira, com seus respectivos vencimentos em 23 de dezembro de 2017 e 10 de outubro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira dos bancos Itaú e Santander são respectivamente R\$ 133.312 e R\$ 133.225.

De acordo com o CPC 40(R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2016, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
		31/12/2016	31/12/2015
Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores		
SWAP Santander			
Ponta ativa	US\$	134.158	64.592
Ponta passiva	CDI	(104.110)	(9.492)
Total		<u>30.048</u>	<u>55.100</u>
SWAP Itaú			
Ponta ativa	US\$	133.785	63.523
Ponta passiva	CDI	(103.771)	(9.492)
Total		<u>30.014</u>	<u>54.031</u>
Ativo circulante		<u>60.062</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante		<u>-</u>	<u>128.115</u>
Passivo circulante		<u>-</u>	<u>18.984</u>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo

valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

32.5 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o seu resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as

obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas 15 e 16.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(iii) *Riscos de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) *Risco de taxa de cambio*

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição da Companhia ao câmbio é de 11,3% de sua dívida. A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2016 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos	USD	54.668	(15.146)	(84.959)	124.482	194.296
Referência para passivos financeiros						
		Taxa em 31/12/2016	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		3,75	4,69	5,63	2,81	1,88

(v) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 15 (Empréstimos e financiamentos) e 0 (Debêntures).

(vi) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários. Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2016 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	170.074	212.592	255.111	127.555	85.037
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(90.182)	(105.172)	(120.162)	(75.192)	(60.202)
	SELIC	(41.462)	(44.414)	(47.367)	(38.509)	(35.556)
	TJLP	(66.391)	(76.908)	(87.424)	(55.875)	(45.358)
	IGP-M	(6.901)	(7.250)	(7.600)	(6.551)	(6.202)
	FINEL	-	-	-	-	-
	IPCA	(306.493)	(317.015)	(327.538)	(295.971)	(285.449)
Referência para ativos e passivos financeiros			Taxa em	25%	50%	-25%
				-25%		

	31/12/2016				
CDI (% 12 meses)	10,45	13,06	15,68	7,84	5,23
SELIC (% 12 meses)	10,50	13,13	15,75	7,88	5,25
TJLP (% 12 meses)	7,50	9,38	11,25	5,63	3,75
IGP-M (% 12 meses)	5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IPCA (% 12 meses)	5,51	6,89	8,27	4,13	2,76

Impacto da sensibilidade no resultado da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

Cenários	Impacto no resultado
Cenário provável	-
Cenário II	(60.630)
Cenário III	(121.259)
Cenário IV	60.630
Cenário V	121.260

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta ao critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

32.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida / EBITDA

- Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo/ dívida total
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

33 **Compromissos**

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Energia contratada	2017 a 2032	1.149.001	1.248.856	1.361.050	1.489.320	32.231.448

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

34 **Seguros**

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2017	257.527
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2017	7.000
Riscos diversos	20/02/2017	1.295
Seguro garantia judicial	(a)	42.558
Seguro garantia leilão de energia	(b)	5
Automóvel	31/01/2017	(c)

- (a) Apólices vigentes até julho de 2018.
- (b) Apólices vigentes até agosto de 2017.
- (c) 112 veículos próprios segurados, de acordo com a tabela FIPE.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de demonstrações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Conselho de Administração

Antônio Ferreira Simões Filho

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Carlos Muniz de Brito Filho

José Silva Sobral Neto

Lídce Almeida Silva

Conselho Fiscal

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso A. Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Vladia Viana Régis

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor vice Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Chrysthyan Gonçalves de Almeida
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

José Jorge Leite Soares
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA